

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO

Daiane Ferreira Ferreira; Vilmar Alves Pereira

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Daiane.ferreira13@outlook.com; vilmar1972@gmail.com

Resumo: Este artigo é um recorte do trabalho de dissertação que apresenta um estudo sobre a relação Trabalho Educação na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA. O estudo de caráter qualitativo está sendo desenvolvido nas Escolas Estaduais de Ensino Médio do Município do Rio Grande com professores (as) da rede que trabalham com a modalidade da EJA como também seus estudantes. A pesquisa tem como objetivo compreender qual é a relevância da relação Trabalho-Educação na constituição dos Educandos/as da Educação de Jovens e Adultos, e em que medida a EJA problematizadora pode se constituir num instrumento de enfrentamento a lógica do mercado de trabalho na rede Estadual de Educação do Município do Rio Grande/Rs? Essa pergunta de pesquisa surgiu das inquietações de como os educadores (as), educandos (as) compreendem sobre a perspectiva de Trabalho e suas implicações na EJA. Esse estudo dialoga com o horizonte da Educação Popular, com o histórico da legislação a cerca da Educação de Jovens e Adultos, com o viés da pesquisa social qualitativa. Deste modo, buscamos dialogar sobre a história e caminhada da EJA até a atualidade, como também as implicações que o sistema capitalista produz na educação em seu âmbito geral e principalmente na EJA como modalidade de formação principalmente para as classes populares deste país. Dialogamos num viés da educação popular, pois acreditamos na formação do sujeito respeitando e valorizando seu conhecimento de mundo, suas caminhadas e suas aprendizagens ao longo da vida, e também, buscando romper com a lógica desigual fomentada pelo sistema econômico vigente.

Palavras-chave: Educação e Trabalho, Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem passando por muitas mudanças, tanto no que se refere à prática, desde a organização de tarefas e produção de trabalhos, como também no que se refere ao campo teórico desta modalidade. Dissertar sobre a EJA é também dissertar sobre o cenário de disputa, de luta e resistência que ao longo da história fez e faz parte de sua constituição. É um campo onde a diversidade se faz presente, onde diferentes protagonistas lutaram e lutam por uma educação mais igual e justa.

É desafiador para qualquer estudioso da área contar um pouco da história da EJA, tão complexa e imersa num universo tão plural. E nessa

diversidade pesquisar sobre a EJA e a relação Trabalho Educação é ainda mais desafiador. Alicerçada na educação popular, nos inspiramos na tentativa de também denunciar as mazelas que o sistema capitalista produz e reproduz no sistema educativo do Brasil que é influenciado diretamente pelo Banco Mundial.

A educação popular, a EJA e os princípios e as concepções que as inspiraram na década de sessenta continuam tão atuais em tempos de exclusão, miséria, desemprego, luta pela terra, pelo teto, pelo trabalho, pela vida. Tão atuais que não perderam a radicalidade, porque a realidade vivida pelos jovens e adultos populares continuam radicalmente excludente. (ARROYO, 2006, p.223).

A caminhada da Educação de Jovens e Adultos está intrinsecamente ligada aos olhares que cada momento histórico e político tiveram com essa modalidade. São legislações que reconhecem o direito à formação para aqueles e aquelas que por diferentes motivos interromperam sua formação básica. No entanto, o que se percebe até os dias de hoje é um preconceito com esta modalidade. A falta de investimento por parte dos governos, a falta de formação para os educadores e educadoras da modalidade são fatores que corroboram para um olhar desqualificando esta modalidade tão importante para a formação básica das camadas populares.

Educação de Jovens e Adultos: um campo de luta e resistência

EJA não pode ser compreendida sem estar alinhada com a Educação Popular, pois, segundo Freire "a educação de adultos é mais bem percebida quando a situamos hoje como Educação Popular". Esse caminhar junto da EJA e da Educação Popular se dá para aqueles educadores e educadoras mais sensíveis, cuja realidade dos sujeitos começa a fazer algumas exigências, como, por exemplo, o distanciamento do que se discute em aula com relação ao cotidiano dos sujeitos. Como nos diz Freire:

Educadores e grupos populares descobriram que a Educação Popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes (2015, p. 34).

A Educação de Jovens e Adultos em vários momentos de sua história carece de registros, mas podemos pensar na EJA como seu marco

inicial na História do Brasil a partir da colonização portuguesa, com a chegada dos catequizadores jesuítas, em 1549. Segundo Haddad e Pierro (2000):

No período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros (p.109).

O sistema educacional do Brasil sempre esteve conectado com as transformações que ocorriam e ocorrem no cenário político, social e econômico. Desse modo, com a expulsão dos jesuítas e o fim do período colonial, surge então o período Imperial e é no Brasil Império que surge a primeira constituição brasileira, no ano de 1824. De acordo com Haddad e Pierro (2000), a constituição de 1824 apresentava a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, no entanto, “a garantia de uma escolarização básica para todos, não passou da intenção legal”. Outra problemática que agrava a situação dos índices de analfabetos, principalmente no período imperial, é que só uma pequena parcela da população tinha direito a cidadania, sendo pertencente à elite econômica do país (HADDAD; PIERRO, 2000). Podemos perceber que a educação brasileira foi sendo direcionada para uma classe econômica distinta, restringindo a educação às classes mais populares, ou seja, começou a passos largos o processo de elitização da educação e, ao final do Império, o Brasil chega à marca de 82% de analfabetos com idade superior a cinco anos.

Passado o período Imperial, surge então no Brasil a Primeira República, em 1891. É na Primeira República que a responsabilidade da Educação Básica passa a ser das províncias e municípios e a União assume o ensino secundário e superior. A falta de recursos financeiros nas províncias fez com que o problema do analfabetismo se mantivesse com índices exorbitantes, demarcando mais uma vez a formação das elites e comprometendo a formação das classes populares. Foi neste período, também, que os adultos analfabetos não tinham o direito ao voto e a discriminação que esteve sempre presente, era oficializada na lei.

A Educação de Jovens e Adultos era vista como um ato de caridade e em nenhum momento houve uma preocupação com uma educação específica para este público. Os adultos analfabetos eram considerados como crianças e incapazes de pensar por si só.

Na revolução de 1930, também conhecida como Era Vargas, surge a constituição de 1934, constituição esta que marca outro momento para a

Educação de Jovens e Adultos, pois demarca o direito de educação para todos como dever do estado. Foi neste período também que o problema do analfabetismo passou a ser reconhecido como um problema social e essa constituição propõe o Plano Nacional de Educação. Em 1938 é criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, e foram os estudos e pesquisas produzidos neste instituto que deram origem ao Fundo Nacional do Ensino Primário, e, através desse fundo nacional, se articulou um programa de ensino supletivo para jovens e adultos. De acordo com Haddad e Pierro (2000, p.111), “em 1945 o fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos de cada auxílio deveriam ser aplicados num plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos analfabetos”.

De acordo com o censo, em 1940, pouco mais da metade da população era analfabeta, considerando a população de 18 anos ou mais. No Nordeste e Norte do país estes índices eram ainda mais alarmantes, chegando a 72% da população. Diante deste cenário preocupante, principalmente para o campo político, já que os analfabetos não tinham o direito ao voto, começam a surgir programas e/ou planos na tentativa de erradicar o analfabetismo. Ressaltamos que desse período, até os anos de 1950, o Governo Federal lança a primeira campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), embora se observe que existia um esforço da união em diminuir o índice de analfabetos, também existia um forte interesse dos partidos políticos na construção deste novo cenário. O CEAA, para Fávero (2009), “era basicamente assistencialista e suas ações meramente compensatórias” (2009, p.11). Ora, é evidente que a EJA não é percebida pelo Governo como um direito de qualquer cidadão que, por diferentes motivos, não frequentou a escola no período “regular”, mas sim uma forma de levar a população analfabeta ao direito do voto, o que garantiu o fortalecimento de muitos partidos políticos.

Em um cenário sempre marcado pela luta de uma educação para todos e todas, resistindo aos mecanismos criados pelos governos no processo de elitização da educação, surgem os movimentos que marcam a história da EJA, que são o Movimento de Educação de Base – MEB; De Pé no Chão Também se Aprende a Ler que acontecia em Natal, no Rio Grande do Norte; a União Nacional dos Estudantes coordenava o Movimento Centro Popular de Cultura – CPC, e o Movimento de Cultura Popular do Recife – MCP, este último, coordenado pelo saudoso mestre Paulo Freire, tinha como viés a transformação da realidade a partir da cultura, questionando a postura da escola tradicional, em um movimento que valorizava a cultura regional e que tinha o envolvimento

da sociedade civil. O Movimento de Cultura Popular do Recife fez história não só pela sua preocupação com a educação, principalmente para os jovens e adultos analfabetos, mas também pelo seu método de pensar essa educação, valorizando a cultura, considerando o contexto desses sujeitos, em uma educação que fosse também política, cidadã, cultural. De acordo com Barreto:

O MCP do Recife desenvolvia várias atividades, entre as quais a Educação de Jovens e Adultos, [...]. A base do movimento eram os círculos de cultura, grupo de pessoas que se reuniam para discutir temas variados, num exercício permanente de “leitura de mundo”, pautada principalmente no significado de “cultura”, trazendo a questão do ser humano côm ser histórico, produtor de cultura (2005, p. 45).

É nos anos 50 que começam as discussões e a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada no dia 20 de dezembro de 1961. Esta lei trouxe não só a esperança como também um campo de referência e ressignificação para a educação de toda nação. A LDB teve vigência até 1971. Em 1961 também surge o Movimento de Educação de Base – MEB, coordenado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. O MEB começou sua atuação com as populações do norte, nordeste e centro-oeste do país, regiões que historicamente possuem os maiores índices de analfabetismo. Em uma linha progressista, o MEB teve grande importância nesse período e com investimentos do governo federal conseguiu ampliar o número de escolas radiofônicas, somando forças com outros movimentos na busca de combater o analfabetismo. Em 1963 o MEB lança um livro intitulado *Viver é Lutar*, para jovens e adultos recém-alfabetizados. Um livro encharcado de conscientização. No entanto, a repressão nesse período já se fazia presente e uma campanha contra os bispos progressistas ganha força, e em 1964 a utilização do livro torna-se proibida para leitura. Embora o momento político do país não fosse o mais favorável para aqueles que pensavam em uma educação política e conscientizadora, o MEB conseguiu retomar parte do seu trabalho, de acordo com Fávero:

Embora o MEB tenha reduzido bastante a radicalidade de modo de trabalho e perdido muito de sua vitalidade, e mesmo apesar da crise de 1964, o período 1961-1966 é seu período áureo, com experiências práticas e produção teórica sem igual até hoje (2004, p.14).

Em abril de 1964 a sociedade sofre o golpe militar e, conseqüentemente, a deposição de João Goulart. A revolução no método de alfabetização no Brasil, que ganhava força e

agregava apoiadores e parceiros, acaba sendo substituída por forte repressões, censuras, prisões, etc. Nesse contexto, os movimentos populares foram controlados pelos militares, fazendo com que o movimento revolucionário da Educação Popular fosse abruptamente interrompido, bem como seus dirigentes e coordenadores perseguidos. O MEB também sofre forte repressão nesse período, no entanto, essa repressão não acontece só de forma externa, pois internamente o movimento também estava sendo censurado pela hierarquia da Igreja Católica que acabou direcionando o MEB como uma ferramenta na evangelização.

O estado autoritário com suas fortes repressões, como já mencionado, foi o responsável pela redução e quase extinção dos movimentos de Educação Popular, ainda que, durante o período, alguns se mantiveram de forma clandestina e dispersa.

Em 1967, foi promulgada a lei 5.379¹, de 15 de dezembro, que trata sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos que deu origem ao MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização. Em 1970, o Mobreal se torna fundação, dispondo de valores financeiros bem altos para alcançar o objetivo de erradicar o analfabetismo em 10 anos. Ressaltamos que, no parágrafo único da lei 5.379, era apresentado o objetivo da erradicação do analfabetismo em duas etapas de quatro anos. O primeiro período foi destinado para os analfabetos de até 30 (trinta) anos e o segundo período para analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. De acordo com Fávero (2009), o Mobreal, que "foi reformulado com estrutura de fundação se converteu no maior movimento de alfabetização de jovens e adultos já realizado no país, com penetração em praticamente todos os municípios (2009, p.18).

O Mobreal foi o único movimento de alfabetização que se manteve no período de Ditadura Militar, tendo sua extinção em 1985, mesmo ano que finda a ditadura.

O Mobreal perseguiu de maneira análoga o mesmo objetivo de legitimação do regime e de minimização das tensões sociais, mas como programa nacional e laico. [...] ele não foi montado como contra-ofensiva ideológica para neutralizar os efeitos dos movimentos anteriores a 1964, mas como forma de ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime, no momento em que esta se estreitava junto às classes médias em face do AI-5, não devendo ser descartada a hipótese de que tal movimento tenha sido pensado também como instrumento de obtenção de informações sobre o que se pensava nos municípios do interior do país e na periferia das cidades e de controle sobre a população. Ou seja, como instrumento de segurança interna (PAIVA, 2004 p.98).

¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5379.htm>.

Com o movimento de repressão provocado pelo regime militar, os movimentos de alfabetização foram sendo silenciados. Em contrapartida, outros movimentos como o estudantil, juntamente com setores da igreja católica e organizações da sociedade civil faziam o enfrentamento e resistiam ao estado de exceção. Torturas, perseguição política e o autoritarismo militar deixaram marcas profundas na sociedade brasileira que até a atualidade ainda provocam danos, principalmente no campo político e na democracia.

Em 1987 o estado brasileiro começa as discussões da constituinte e no ano seguinte, no dia 5 de outubro, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. O processo de redemocratização do estado brasileiro faz com que o Mobral seja extinto. É na constituição de 88, no Capítulo III, Seção I, Artigo 208, que o Estado afirma que a educação é um direito de todos e todas.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Embora na constituição não apareça a EJA e suas especificidades, existe uma demarcação de direito social à educação para qualquer cidadão brasileiro. No entanto, embora passado o período do Regime Militar, isso não significa que a democracia no Brasil caminha a passos largos e que a população compreende a importância de um estado verdadeiramente democrático. Em 1990, após quase trinta anos sem eleições diretas, Fernando Collor de Mello venceu as eleições e deu início ao seu pacote administrativo, enxugando gastos, privatizando estatais, demitindo funcionários e realizando o confisco das contas bancárias de trabalhadores e empresários. Cheio de promessas, o governo Collor assegurou a implementação de um Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC, no entanto, este programa não obteve muito sucesso e, em 1992, Collor sofre o *impeachment*, sendo destituído do cargo de presidente da república, assumindo então o vice-presidente, Itamar Franco.

Eleito para a presidência da república em 1994 e em 1998, Fernando Henrique Cardoso, segundo Haddad e Pierro (2000, p.121), “priorizou a implementação de uma reforma político-institucional da educação pública”. Passados alguns anos, mais precisamente em 1996, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e é a partir dessa lei que a EJA começa a ser percebida, embora a seção dedicada a EJA seja singela e sem muitas inovações.

Dessa forma, avançamos um pouco no que se refere aos índices de analfabetismo do Brasil, mas ainda há muito a ser feito, uma vez que a educação representa a base da formação de qualquer cidadão.

Ao conhecermos um pouco da história da EJA no Brasil e o quanto o sistema capitalista influencia na organização do sistema educativo, percebemos que ocorre um direcionamento de acordo com o viés dos grandes empresários e da elite que compõem uma parcela da sociedade. Por vezes, com a influência que esses grupos possuem e pela forma com que eles observam a educação pública, eles corroboram para um deslocamento em que a educação que chega às classes mais pobres seja vista como uma forma de produção de mão de obra para a manutenção do sistema econômico vigente. Nesse sentido, a EJA passa por transformações, assim como todo o sistema educacional, devido às atuais mudanças políticas e mudanças de governo.

Educação, Trabalho e Capitalismo: suas implicações na Educação de Jovens e Adultos

A relação histórica sobre a educação e trabalho no sistema capitalista, observando as diferentes influências que o sistema econômico vigente produz na organização das propostas educacionais num âmbito nacional e também regional. A nossa proposta está intimamente ligada com a relação trabalho e educação na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, abordaremos no campo da EJA as implicações produzidas pelo capitalismo.

Nesse primeiro momento, é importante ressaltar que falar sobre a Educação de Jovens e Adultos é dialogar com a educação de classe. Rummert define a modalidade da EJA da seguinte forma:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), regulamentada como modalidade de ensino, é, sem dúvida, uma educação de classe. Assim, se configura, no Brasil, como oferta de possibilidades de elevação da escolaridade para aqueles aos quais foi negado o direito à educação na fase da vida historicamente considerada adequada. É, mais precisamente, uma educação para as frações da classe trabalhadora cujos papéis a serem desempenhados no cenário produtivo não requerem maiores investimentos do estado [...] (2007, p.38).

Na atualidade, observamos que a EJA vem mudando de público, pois antes, nas salas de aula, predominava a presença de estudantes adultos, porém, hoje, houve uma inversão com

relação à idade dos estudantes da EJA, e os jovens são os que predominam na sua maioria. Essa mudança pode estar ocorrendo por vários fatores, no entanto, nossa pesquisa não busca diagnosticar que fatores são estes, mas se faz importante ressaltar sobre essa mudança de composição das turmas de EJA.

A globalização transforma o cenário sobre o mercado de trabalho. As exigências por uma maior qualificação batem à porta de todos (as) trabalhadores (as), de modo que estes estejam aptos a desenvolver qualquer habilidade. Neste sentido, para Rummert:

Imposição da permanente busca individual por qualificação para segurar o ingresso num mercado de trabalho cada vez mais restritivo e marcado por diferentes condições de precarização revestidas por uma aparência de liberdade que valoriza o empreendedorismo, o auto-emprego [...].(2008, p.190)

A escola é uma instituição que ao longo do tempo foi caminhando e se constituindo para atender as necessidades da produção capitalista, seguindo o padrão dado e orientado pelas políticas neoliberais que tem um olhar voltado para o mercado. Assim, a formação escolar reproduz a lógica capitalista e forma cidadãos para se inserirem em uma cultura competitiva e individualista. É neste contexto que a EJA possui um importante papel, o de pensar a educação para estes e com estes sujeitos de forma problematizadora e que assuma seu papel como educação emancipadora. De acordo com Ciavatta e Rummert, “a formação humana exige da escola profundas reformulações para abrigar e potencializar a riqueza e diversidade que para ela convergem quando recebe alunos da classe trabalhadora” (2010, p.466).

Desse modo, a educação de jovens e adultos é vista com um olhar compensatório para aqueles que possuem baixa escolaridade, um exemplo disso é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, lançado em 2005 pelo Governo Federal, que direcionou a formação às exigências do mercado. Para combater essas mazelas deixadas e reproduzidas pelo sistema capitalista é necessário pensar em uma educação que tenha um compromisso ético-político. Assim, para Zitkoski e Hammes:

O caminho que se coloca para a cidadania dos jovens hoje é o diálogo entre as diferentes modalidades de saberes, para que na prática possamos formar cidadãos comprometidos com práticas sociais humanizadoras. A partir desse horizonte, podemos entender que o conhecimento, a ciência e a educação só tem sentido se contribuírem com o *Ser Mais* da humanidade toda. (2014, p.125, grifo do autor).

Nesse sentido, quando falamos na relação educação e trabalho na modalidade da EJA queremos direcionar para o entendimento de uma formação integrada, ou seja, que o trabalho passe a ser visto também como um princípio educativo.

Quando nos referimos ao trabalho como princípio educativo, significa que buscamos superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar jovens e adultos trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos, não apenas como governados. (GRAMSCI 1981, p.144 apud CIAVATTA, 2005).

Assim a história da educação de jovens e adultos está marcada pela luta permanente dos trabalhadores pelo direito ao conhecimento. O currículo da EJA precisa ser revisto, pois é ele que direciona as práticas educativas. Um currículo fragmentado, distante da realidade desses sujeitos só corrobora para o processo de exclusão social.

Conclusão

A trajetória da educação sempre foi marcada por um espaço de luta, principalmente contra a mercantilização tão fomentada pelo neoliberalismo. Para combater as mazelas provocadas pelo sistema capitalista à educação, movimentos e organizações mundiais se reúnem na tentativa de fazer oposição a esse sistema. Embora o direito à educação para qualquer cidadão seja reconhecido desde 1948, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu Artigo 26, sabemos que principalmente em se tratando da EJA a oferta desta modalidade ainda não chega próximo do ideal, e mais, sabemos que não basta ofertar a modalidade, é necessário pensar políticas de permanência e dar suporte para que o sujeito conclua a sua formação.

Contudo, a falta de investimento na educação ao longo do tempo vem reproduzindo um momento de grande preocupação quando se pensa na formação do cidadão. Quando falamos em educação, falamos também na conquista da liberdade, no exercício da cidadania, em pessoas mais felizes, que tenham condições de se apropriarem de seus direitos e deveres, da cultura, da política, do lazer dentre tantas situações fundamentais para a formação do sujeito. A falta de investimento e comprometimento dos governos com a educação corroboram para o crescimento da desigualdade social, um problema histórico em que pouco evoluímos nos últimos anos. Nesse sentido, cabe ressaltar, que a América Latina ainda possui em torno de 36 milhões de analfabetos. É inadmissível

aceitar a forma com que os governos tratam a educação, lidam com o analfabetismo e desmontam as políticas públicas para educação que foram conquistadas diante de muito embate, muita luta e resistência. Vivemos tempos em que uma elite insensível e que possui o apoio de um governo ilegítimo e neoliberal tem como objetivo aumentar a exploração da força de trabalho ao invés de construir políticas educacionais que contemplem a nossa diversidade, a nossa pluralidade e que pense a educação de forma humanista.

Referências

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

BARRETO, Sabrina das Neves. **O processo de alfabetização na MOVA RS: narrativas e significados na vida das mulheres.** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, 2005.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

BRASIL, **Proposta Pedagógica para a Alfabetização de Pescadores e Pescadoras Profissionais e Aqüicultores e Aqüicultoras Familiares – Pescando Letras**, Governo Federal, 2005.

CIVIATTA, Maria. A FORMAÇÃO INTEGRADA a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. 2005. Disponível: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA.pdf Acesso 16/10/2017

FÁVERO, Osmar. Lições da história: avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, I.B.; PAIVA J. (org.). **Educação de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004. P.13-38.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de 60 anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, I.B.; PAIVA J. (org.). **Educação de jovens e adultos.** Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** [organização Ana Maria de Araujo Freire]. 2ªed. – São Paulo: Paz e Terra, 2015

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, 2000.

MIRANDA, Sícero Agostinho. **Os saberes matemáticos no cotidiano dos Pescadores Artesanais das Comunidades Tradicionais de Pesca da**

Cidade de Rio Grande. 2014. Qualificação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2014.

PAIVA, Vanilda. MOBREAL: um desacerto autoritário. **Síntese: Revista de Filosofia** 8.23 (2013).

RUMMERT, Sonia. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. **Perspectiva.** Florianópolis, v.26, n.1, p.175-208, jan./jun.2008.

ZITKOSKI, Jaime, J. HAMMES, Lúcio, J. Juventude, educação e cidadania: os desafios da participação social e política. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 119-139, mai.-ago. 2014. Disponível:
<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/46470/31160> Acesso 16/10/2017